

15484 - Agricultura sustentável e Agroecologia: disputas e coalizão de ideias

Agroecology and Sustainable Agriculture: disputes and coalition ideas

LIMA, Ronaldo Guedes de

Eng. Agrônomo e professor do IFPR – Campus Campo Largo,

ronaldo.lima@ifpr.edu.br

Resumo: O texto discute as posições alternativas de desenvolvimento rural sustentável, elegendo três principais proposta, atualmente em voga no meio científico e institucional: a Agroecologia; a vertente progressista da agricultura sustentável; e a noção de territorialidade. As duas primeiras propostas apresentam em seus núcleos teóricos algumas aproximações, diferindo, entretanto, da territorialidade. Esta se preocupa mais com os aspectos sociais e econômicos e menos com os ecológicos, enquanto aquelas dão importância equivalente às multidimensões que norteiam a vida produtiva da sociedade.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; sustentabilidade; propostas alternativas.

Abstract: The text discusses the alternative positions of sustainable rural development, electing three main proposal, currently in vogue in the scientific and institutional environment: agro-ecology; progressive aspect of sustainable agriculture and the notion of territoriality. The first two proposals have in their theoretical fundament some approaches, differing, however, about the territoriality. The first one more concerned with the social and economic aspects than the ecological, while the last ones art concerned with equal importance to the multi-dimensions that guide the productive life of society.

Keywords: rural development; sustainability; alternative proposals.

Introdução

O emprego da terminologia sustentabilidade na agricultura (ou agricultura sustentável) remonta à década de 80 do século anterior e, na maioria das vezes, acha-se associado aos elementos que tratam do desenvolvimento rural sustentável.

As duas expressões, agricultura sustentável e desenvolvimento rural sustentável tornaram-se contundentes nas discussões afins a partir da proposição geral da terminologia desenvolvimento sustentável, no princípio de 1987. Nessa época, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), composta por cientistas e políticos de órgãos de governos e da Organização das Nações Unidas (ONU), propuseram o desenvolvimento sustentável como referência básica e necessária para se promover, em escala geral, o crescimento da produção em equilíbrio com a manutenção/conservação dos sistemas ecológicos.

Por mais que esse referencial inflamasse uma série de discussão críticas quanto às imprecisões conceituais, colocando, por exemplo, a culpa nas sociedades pobres pelas degradações ambientais, as bases construídas pela CMMAD reforçaram,

admitindo que se devam instalar processos produtivos cada vez mais zelosos com os recursos naturais.

Apesar do conservadorismo, o desenvolvimento sustentável proposto abriu os canais para se instaurar no meio científico, institucional e noutros setores a reflexão crítica no sentido de programar e efetivar políticas voltadas à sustentabilidade social e ecológica, de fato, ultrapassando a racionalidade econômica produtivista que impera na sociedade contemporânea.

A reflexão teórica que se inicia na próxima seção pretende promover a discussões, aclarando os pressupostos alternativos ao *status quo* da agricultura convencional moderna. Fundamentalmente, se discutirá as noções de agricultura sustentável, as bases da Agroecologia e a possível interface entre estas propostas alternativas, sem desconsiderar (aceitando) que há outros pressupostos em voga no meio acadêmico e institucional, como é o caso da visão de territorialidade.

Concepções de sustentabilidade no espaço rural

O recorte da sustentabilidade para as áreas rurais, igualmente, pretende construir um equilíbrio entre as diferentes dimensões tal como se observa nas noções progressistas de sustentabilidade sob as múltiplas dimensões. É o caso dos defensores da corrente ecossocial que procuram inter-relacionar seis dimensões: econômica, social, ecológica, política, cultural e ética (CAPORAL; COSTABEBER, 2002a).

Ocorre que para fugir de termos imprecisos, do reducionismo de algumas vertentes teóricas da agricultura sustentável (do tipo intensificação verde), as estratégias basilares com vistas à promoção de estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis podem ser emergidas aplicando-se os princípios da Agroecologia, conforme defendem Caporal e Costabeber (2002a), entre outros autores internacionais, como Miguel A. Altieri e Eduardo Sevilla Guzmán.

Os documentos alusivos a Agroecologia referem que ela corrobora tanto para contestar as práticas da agricultura convencional (no sentido de entendimento das razões da insustentabilidade da agricultura da Revolução Verde) quanto para orientar o correto redesenho ecológico dos sistemas agrícolas e instigar a ambição futura de se criar contextos de sustentabilidade, sob o prisma da equalização de várias dimensões (CAPORAL; COSTABEBER, 2002b).

Grosso modo, observa-se, entre distintos propositores, que há uma disputa de ideias orientadoras para se promover o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais. Certos propositores, aqui no Brasil (Assad e Almeida, 2004; Ehlers, 1996), dão preferência às bases metodológicas da agricultura sustentável.

Outros, como se referiu antes, optam pela base teórica da Agroecologia, outros ainda, irão destacar os princípios da territorialidade, o necessário planejamento, gestão e cooperação entre os vários setores que compõem a vida econômica de uma região, onde o rural pode deter outros significados não necessariamente

produtor de alimentos e de matérias primas nem engessado por ideias paradigmáticas únicas, quer as que pretendem manter o *status quo* nesse setor, quer as propostas alternativas a estas (ABROMOVAY, 2007).

Até os que colocam a Agroecologia como expressão teórica máxima reconhecem a importância da discussão universal sobre a disputa conceitual da sustentabilidade na agricultura. Apesar da efervescência que houve em torno da expressão “agricultura sustentável”, ela tem pouca participação na definição de políticas econômicas, afirma Altieri (1998) e não se estabeleceu ainda uma compreensão nítida sobre os meios de desenvolvê-la, acrescenta o autor (ALTIERI, 1995).

Os interesses econômicos em destaque nas sociedades estariam obstando a criação de novos processos sócio-economicamente justos, politicamente democráticos e ambientalmente sustentáveis, tal como se vê na proposta conservadora de sustentabilidade a curto prazo (também denominada de liberal). Essa proposta conservadora tem dificuldades em gerar processos socialmente equitativos e ecologicamente saudáveis fundantes à manutenção da vida nos diferentes meios ecossistêmicos. O reducionismo dessa noção se expressa cotidianamente. Exprimi-se nos meios comunicativos em geral, nos fóruns e nos encontros, a aplicação do termo “sustentabilidade” para se enobrecer os processos produtivos competitivos à base de tecnologias convencionais (paradoxalmente, degradantes à vida ecossistêmica).

De outro lado, há que se reconhecer as ideias futuristas de sustentabilidade a longo prazo. No princípio das discussões oficiais havia, paralelamente, um movimento que defendia uma agricultura sustentável orientada para criar uma nova consciência social, do papel na sociedade e na natureza; para desenvolver outros valores morais, filosóficos e até mesmo religiosos, incluindo a produção de novas formas político-ideológicas, além da criação de novas tecnologias, ditas alternativas ou sustentáveis (SILVA, 1997). Quer dizer, um objetivo de longo prazo que pressagiasse a mudança das estruturas, não apenas da produção agrícola, mas do sistema social geral (EHLERS, 1996).

Esses ideais, como se observa, se interfaceiam com o projeto Agroecológico em construção. Ao que parece, as noções de longo prazo da agricultura sustentável e da Agroecologia se caracterizam pelo idealismo, pela mudança do *status quo* da agricultura convencional moderna, principalmente. Ambas, porém, desde o surgimento enfrentam dificuldades de fincarem e alastrarem suas bases teóricas.

A Agroecologia ainda não pode ser considerada como um novo paradigma, afirma Costa Gomes (2011). De toda forma, o surgimento de novos projetos para o campo é facilmente constatado, se caracterizando por uma explosão de anomalias no interior do paradigma convencional. A consolidação da Agroecologia como novo paradigma poderá ocorrer, mas dependerá muito, lembrando os pressupostos de Thomas Kuhn, de esforços intelectuais, práticas políticas, ajustes institucionais, entre outras ações transformadoras (COSTA GOMES, 2011).

Todavia, mais do que as dificuldades técnico-agronômicas, as propostas emergentes em agricultura e em desenvolvimento rural sustentável enfrentam obstáculos, em maior grau, devido aos interesses de certos segmentos da sociedade que querem manter a continuidade e o domínio (econômico, tecnológico e propositivo) do padrão industrial (produtivista) sobre as novas alternativas emergentes.

Alega-se, conforme os adeptos da razão produtivista, que há a necessidade de se garantir os alimentos em níveis maiores à humanidade, usando as tecnologias industriais disponíveis (como os adubos sintéticos, agrotóxicos, sementes melhoradas ou transgênicas, maquinarias e insumos agroveterinários). Essas tecnologias, apesar de gerar maior volume de produtos, foram (e continuam sendo) ecologicamente danosas às pessoas, aos animais e ao meio ambiente, também, socialmente iníquas ante os efeitos negativos, amplamente desconsiderados da contabilidade nas etapas de produção e consumo.

O ecológico e o social são dois aspectos (considerados por esse autor) cruciais à reprodução e à manutenção futura dos sistemas sociais em interação equilibrada com os recursos da natureza, e que não são observados/planejados na mesma intensidade por profissionais, gestores e grupos imediatistas; por estes emitirem visões puramente mercantis e tecnicistas das atividades de produção da sociedade, visões que acabam determinando o conservadorismo dos projetos pedagógicos de cursos vinculados às Ciências Agrárias nas instituições educacionais brasileiras, níveis médio e superior.

Considerações finais

Considera-se que a sustentabilidade progressista (de longo prazo) e a Agroecologia apresentam interfaces nos seus conteúdos.

Em grau bem menor, no campo da territorialidade que defende a intersectorialidade dos processos e a cooperação produtiva, mais do que a competição entre os agentes econômicos, pode-se identificar certa aproximação, basicamente “socioeconômica”, com relação à noção de desenvolvimento rural sustentável, quer a partir da Agroecologia, quer a partir sustentabilidade progressista na agricultura. Estas duas propostas são mais incisivas com os apelos à promoção universal da agricultura de base ecológica.

Essa análise, evidentemente, não se conclui. Reconhece-se que se deva aprofundar a discussão para se apreender, compreender os detalhes da noção de território.

Inicialmente, conforme se discutiu antes, o limite da fronteira teórica entre as três propostas se verifica no questionamento crítico do modelo hegemônico, ao se argumentar a preocupação com os sistemas ecológicos vitais à vida produtiva de qualquer sociedade, em particular, com o desenvolvimento das atividades agrárias, altamente consumidoras e degradantes dos bens naturais.

Referências bibliográficas:

- ABRAMOVAY, R. **Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação**. 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/feaecon/media/livros/file_105.doc>. Acesso em: 20 mai. 2013.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. 110p. (Síntese Universitária, 54).
- ALTIERI, M. A. Entrevista. **Revista Agricultura Sustentável**, Jaguariúna, v. 2, n. 2, p. 05 -11, jul./dez. 1995.
- ASSAD, M. L. L.; ALMEIDA, J. Agricultura e sustentabilidade: contexto, desafios e cenários. **Revista Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 29, p. 15 - 30, jul./dez. 2004.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EMATER/ASCAR, 2002a. 54p. (Série programa de formação técnico social da EMATER/RS - Sustentabilidade e Cidadania, texto, 05).
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70 - 85, jul./set. 2002b.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991, p. XI - XVII, 01 - 161.
- COSTA GOMES, J. C. As bases epistemológicas da Agroecologia. In: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (Orgs.) **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Curitiba: IFPR/Educação a Distância, 2011, p. 13 - 42.
- EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178p.
- SILVA, J. G. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social ? In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.) **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997, p. 106 - 127.